

## APRESENTAÇÃO

Janine Mello<sup>1</sup>

O debate sobre o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil (OSCs)<sup>2</sup> é longo, complexo e repleto de inflexões e contradições. Compreendidas como uma forma institucional específica que compõe a sociedade civil<sup>3</sup> enquanto esfera societal mais ampla, as OSCs constituem um conjunto heterogêneo de organizações com padrões múltiplos de interação entre si, em relação ao Estado, ao mercado e aos demais atores da sociedade civil.

Centrada inicialmente na representação das OSCs enquanto atores orientados por pressupostos virtuosos de solidariedade, voluntarismo, liberdade e autonomia, a literatura sobre a diversificação e atuação das OSCs transformou-se na medida em que ocorriam a profusão e o fortalecimento dessas organizações, assim como a complexificação de suas relações com os demais atores da esfera pública. Nos últimos anos, as discussões sobre OSCs foram influenciadas por questões ligadas aos limites e avanços do papel assumido por essas entidades como executoras de projetos e políticas de interesse público; ao aprimoramento de mecanismos de responsabilização, prestação de contas (*accountability*) e transparência adotados pelo setor; e aos esforços de mapeamento e descrição do perfil (ou perfis) das OSCs em atividade no país.

Vistas sob a ótica do fortalecimento da sociedade civil nas democracias contemporâneas, as OSCs assumem papel central na diversificação das instâncias associativas, participativas e deliberativas que compõem (ou deveriam compor) a esfera pública (Pateman, 1992; Dahl, 1997; 1998; Held, 1987; Lavallo, Houtzager e Castello, 2012). Sob o viés da gestão pública, ora ganham contornos de parceiras estratégicas do Estado na provisão de bens e serviços (Pires e Vaz, 2014; Lopez *et al.*, 2015; Lopez e Barone, 2013; Lopez e Abreu, 2014), ora são entendidas como responsáveis pela execução dispersa de projetos de pouca escala e baixo impacto, alinhados com interesses de seus financiadores ou grupos que representam ou vocalizam, e caracterizados por mecanismos frágeis de responsabilização e controle (Koslinski, 2013).

Sob a lógica do chamado terceiro setor,<sup>4</sup> as OSCs são representadas como instância distinta do Estado e do mercado, simultaneamente dotadas de elementos de aproximação com ambos. Essas organizações se diferenciariam das iniciativas de mercado por serem “(...) mais orientadas para o bem

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <janine.mello@ipea.gov.br>.

2. Geralmente usados para tratar conjuntos similares de organizações, os termos organizações não governamentais (ONGs) e OSCs definem aquelas organizações enquadradas simultaneamente em cinco critérios: *i*) são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado; *ii*) não possuem finalidades lucrativas; *iii*) são legalmente constituídas, possuem personalidade jurídica e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); *iv*) são autoadministradas e gerenciam suas atividades de maneira autônoma; e *v*) são constituídas voluntariamente (IBGE, 2012; 2019; Lopez, 2018). Nos últimos anos, o termo OSC tem sido adotado com maior frequência pela própria sociedade civil, por governos e por instituições acadêmicas – influenciados, em grande medida, pelo debate acerca das transformações recentes pelas quais essas entidades passaram e sobre formas mais apropriadas para defini-las. A adoção do termo OSC, além de mais adequada do ponto de vista técnico-legal, considerando que o termo ONG não constitui figura jurídica de fato, também teria como objetivo desvincular a atuação das organizações da ação governamental, como contraponto ou reforço, e explicitar que essas entidades seriam resultado da organização voluntária de indivíduos voltados para a promoção e defesa de direitos.

3. Apesar da vasta tradição teórica, a sociedade civil é entendida neste texto como instância que compõe a esfera pública em conjunto com o Estado e o mercado, formada por atores individuais e coletivos, de maior ou menor grau de formalização, na qual estariam incluídos os movimentos sociais e as OSCs. Para mais detalhes, ver Gohn (2011; 2013), Alonso (2009) e Scherer-Warren (2006).

4. “O termo terceiro setor tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo” (Scherer-Warren, 2006, p. 110).

comum”. Elas “visam à redução da desigualdade e discriminação, são identificadas com a ‘causa social’ e contam com funcionários mais comprometidos ideologicamente com o trabalho” (Caldas, 2013, p. 128), em detrimento de uma lógica voltada para o lucro enquanto finalidade.

No entanto, tenderiam a se aproximar de elementos positivamente atribuídos à iniciativa privada como gestão empresarial e eficiência organizacional. Já em relação ao Estado, os aspectos de diferenciação das OSCs não estariam vinculados a “(...) funções, atividades ou objetivos, mas às formas de execução dessas atividades e funções” (Caldas, 2013, p. 130). As OSCs, nesse sentido, seriam consideradas mais ágeis, flexíveis e abertas à inovação do que a estrutura estatal, e estariam mais próximas dos beneficiários dos projetos ou das “bases”, favorecendo a melhor compreensão da realidade e dos problemas enfrentados pela população local (Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013).

Sob o escrutínio da população em geral, as OSCs podem simultaneamente ser vistas com o ceticismo e a desconfiança fomentados pela divulgação frequente de relações não republicanas com agentes estatais – ou, de maneira oposta, como instituições responsáveis por ações de filantropia, voluntariado e apoio a causas “nobres”, ligadas à redução da pobreza, à agenda de cuidados, ao foco em públicos específicos e a interesses difusos como a pauta ambiental (IDIS, 2015).

Por fim, sob seus próprios olhos, é razoável supor a existência de uma profusão de percepções, considerando a heterogeneidade que caracteriza as mais de 820 mil OSCs em atividade no Brasil<sup>5</sup> e as maneiras com que se identificam em relação às demais organizações formais e informais que constituem a sociedade civil (Krieger e Andion, 2014; Reis, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013). Enquanto algumas tendem a se reconhecer como organizações de *advocacy* voltadas para ações de defesa de direitos, em especial aquelas surgidas entre as décadas de 1970 e 1980, outro grupo seria mais identificado por exercer atividades ligadas à provisão de serviços, caso das OSCs constituídas no período após a década de 1990 (Kaldor, 2003). Diferenciações entre as próprias OSCs não devem ser tomadas como categorias fixas ou rígidas, na medida em que a construção de suas identidades e sentidos de ação é permeada por disputas e conflitos discursivos, políticos e sociais que marcam profundamente a percepção dessas organizações sobre seus papéis e posições no campo mais amplo da sociedade civil (Medeiros, 2013; Pires e Vaz, 2014).

A dualidade surge, nesse sentido, como característica marcante do ideário construído em torno das OSCs. Em parte das análises, essas organizações desempenham papel crucial na ampliação da capilaridade das políticas públicas, complementam a atuação governamental de maneira mais eficiente e contribuem para uma maior adesão das iniciativas à realidade local vivenciada por territórios e suas populações (Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013). De outro modo, são apresentadas, ainda, em conjunto com os movimentos sociais, como atores-chave para entender o processo de democratização e a crescente permeabilidade do Estado em relação às demandas sociais específicas capazes de provocar mudanças, ampliar direitos e aperfeiçoar mecanismos de representação e transparência pública (Lavalle e Barone, 2015; Avritzer, 2007; 2012; Dagnino, 2002; 2004; Reis, 2013; Gohn, 2013).

Em contrapartida, são vistas como organizações que contribuem para a fragmentação e a dispersão das políticas em contextos de redução das responsabilidades do Estado sobre a provisão de bens públicos, mobilizando montantes significativos de recursos que não estariam adequadamente submetidos ao controle e ao monitoramento amplo da sociedade (Montaño, 2002; Violin, 2006; 2008;

5. Dado encontrado em Lopez (2018) e na plataforma Mapa das OSCs, disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>.

Nogueira, 2003; Alvarez, 2009; Petras, 1999; Lavalle e Bueno, 2013). No rol das críticas à atuação das OSCs, figurariam também contradições inerentes à própria esfera civil, em que fenômenos como a “mercantilização da sociedade civil” – em contextos de redução do Estado – e a “burocratização da sociedade civil” – em cenários de ampliação das articulações com a esfera estatal – são vistos como riscos à autonomia e à liberdade da atuação dessas organizações (Baião, Peci e Costa, 2015; Teixeira, 2002; Caldas, 2013; Burity, 2005; Medeiros, 2013).

A despeito do cenário complexo no qual estão situados os estudos e as frentes de pesquisa sobre o tema, é possível argumentar que três questões de fundo perpassam as principais vertentes interpretativas sobre as OSCs no país. A primeira delas tem como cerne o antigo e polêmico debate sobre limites e possibilidades das relações entre Estado e OSCs, em que são discutidos aspectos como dinâmicas de contraposição, relações de interdependência, autonomia e dependência das organizações. Em segundo lugar, é possível destacar análises dedicadas a compreender e detalhar a própria atuação das OSCs, suas formas de gestão, mecanismos de financiamento, desenvolvimento de projetos, desafios e avanços recentes, resultados e impactos gerados, entre outros. E, por último, ganha relevância a preocupação sobre a sustentabilidade das OSCs, que, embora ainda esteja fortemente centrada na dimensão econômico-financeira, abarca uma ampla agenda de desafios e iniciativas em curso com potencial para influenciar o futuro dessas organizações no país.

Dado esse contexto, a intenção desta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* (BAPI) é contemplar distintas dimensões que compõem o debate sobre OSCs no país, privilegiando a diversidade de perspectivas analíticas e institucionais. Para isso, foram reunidos pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições, de modo a explicitar a complexidade que o debate sobre a atuação das OSCs tem assumido no Brasil no período recente e os múltiplos esforços em andamento para ampliar, aprimorar e qualificar o conhecimento produzido sobre o setor.

A produção de uma edição temática sobre o papel desempenhado pelas OSCs em pautas de interesse público e suas formas de atuação – em parceria com setores públicos e privados, e no âmbito da própria sociedade civil – dialoga tanto com a agenda de pesquisa que tem sido desenvolvida desde 2010 pelo Ipea como com os recentes resultados divulgados pelo instituto por meio da plataforma Mapa das OSCs<sup>6</sup> e da publicação *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* (Lopez, 2018). Esta edição temática foi também motivada pelas reflexões travadas no âmbito do grupo de conhecimento no investimento social privado (ISP)<sup>7</sup> e pretende difundir um conjunto de pesquisas recentemente concluídas ou em andamento, as quais têm sido objeto de discussões entre inúmeras instituições envolvidas na produção de informações e análises sobre a atuação das OSCs no país.

A publicação é composta por onze artigos, que foram divididos em três seções. A primeira, *O que sabemos sobre as organizações da sociedade civil? Estudos sobre o perfil das OSCs e mecanismos de fortalecimento da transparência no Brasil*, apresenta as principais fontes de informação sobre OSCs no país que, em conjunto com o Mapa das OSCs e o *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* (Lopez, 2018), constituem o panorama mais completo de dados sobre o setor na atualidade. O primeiro

6. Disponível em: <<https://mapaosoc.ipea.gov.br/>>.

7. Iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), criado em 2018 para debater a produção de dados e informações sobre o campo do ISP e da sociedade civil, que conta com a participação das seguintes entidades e organizações: Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR); Comunitas; Fundação Getulio Vargas (FGV); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Cidadania Empresarial (ICE); Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS); Ipea; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Rede de Filantropia para a Justiça Social; e Wings.

texto, escrito por Clician Oliveira, Denise Freire e Francisco Marta, é dedicado a apresentar as diferenças metodológicas existentes entre as edições do estudo *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil* (FASFIL), do IBGE,<sup>8</sup> de 2002, 2005 e 2010, indicando os parâmetros adotados na construção de uma das principais referências sobre as OSCs no país. Em seguida, Erika Saez e Graziela Santiago expõem os achados do último *Censo GIFE 2016* sobre a crescente diversidade que tem caracterizado o ISP no período recente.

Além da disponibilização de novos dados sobre o setor, os últimos anos foram pautados pelos esforços de criação e fortalecimento de mecanismos de transparência sobre o perfil e a atuação das OSCs em atividade no país. O desenvolvimento da plataforma Mapa das OSCs, pelo Ipea, constitui parte dessas iniciativas, como demonstrado pelo artigo de Tiago Nascimento, Eric Ferreira, Kleyton Cotta e Vagner Praia. Os autores descrevem os elementos que permitiram a criação e o aperfeiçoamento do Mapa como ferramenta de consolidação de informações provenientes de bases de dados públicas e privadas sobre o setor, assim como os principais mecanismos e funcionalidades de publicização e compartilhamento de informações adotados pela plataforma. Encerrando a seção, o texto de Camila Escudero discute em que medida as OSCs têm se apropriado de ferramentas e recursos de comunicação para definir suas estratégias de divulgação por meio de mídias sociais e *websites*, potencializando a publicização de suas atividades.

A segunda seção, *Trabalho nas OSCs: avanços e desafios*, aborda diferentes dimensões que configuram as relações formais de trabalho no interior das OSCs. O artigo de Graciela Hopstein e Martina Davidson discute os desafios ainda enfrentados pelas mulheres, que, a despeito de representarem a maior parcela da mão de obra empregada pelas OSCs, auferem rendimentos mais baixos e estão concentradas em atividades e temas marcados pela prevalência de estereótipos de gênero como orientadores das competências e vocações entendidas como femininas. Na sequência, Pedro Gomes, Felix Lopez, André Vieira e Ana Camila Pereira abordam os aspectos demográficos, raciais e de escolaridade presentes no mercado de trabalho formal das OSCs, a partir de informações sobre vínculos empregatícios contidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Complementando o panorama sobre o trabalho formal nas OSCs, Laís Lopes e Stella Reicher analisam dados ainda pouco explorados sobre a participação das pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho formal das OSCs, evidenciando como a contratação do público PCD ainda é um desafio no âmbito dessas organizações, dadas as dificuldades de cumprimento da reserva percentual de vagas definida pela Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), inclusive por organizações de maior porte.

A última seção, *Sustentabilidade das OSCs: estratégias e limites*, abrange um rol amplo de questões que têm marcado o debate sobre os principais desafios enfrentados pelo setor, considerando a redução de investimentos públicos e privados direcionados para as OSCs no período recente. O texto de Felix Lopez e Pedro Gomes descreve as principais dificuldades para estimar adequadamente as transferências de recursos públicos executados pelas OSCs, destacando, de um lado, o trabalho pioneiro do Mapa das OSCs na consolidação das informações orçamentárias na esfera federal e, de outro, a importância de incorporar dados sobre as transferências estaduais e municipais para determinar o volume global de recursos públicos acessados pelas OSCs. Em seguida, Andréa Wolffenbüttel assinala pontos de aproximação e distanciamento entre as principais pesquisas sobre doações para OSCs a partir de elementos que caracterizam o comportamento

8. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-assocacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>>.

de doadores e doadoras no país. O texto de autoria de Anna Peliano e Patricia Loyola traz reflexões sobre o perfil dos investimentos sociais feitos pelas empresas privadas no país e em que sentido esses recursos têm se articulado com as políticas públicas, baseando-se nos últimos dados divulgados pela pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC).<sup>9</sup> E, finalmente, Diogo de Sant’Ana e Beatriz Coppola discutem como os chamados negócios de impacto têm assumido lugar de destaque como um novo campo de atuação econômica das OSCs.

Os parágrafos anteriores evidenciam a multiplicidade de enfoques adotada nas análises sobre o perfil e a atuação das OSCs sem, evidentemente, esgotar o tema. Dadas as limitações de tamanho e cronograma da publicação, questões da maior relevância não foram contempladas nesta edição, a exemplo das discussões sobre a atuação das OSCs nos canais de participação social, ativismo estatal, associativismo e outras pesquisas e análises produzidas. Apesar dessas lacunas, é possível argumentar que os textos que compuseram a publicação dialogam em dois aspectos centrais: são estudos orientados pelo uso dos dados contidos nos principais diagnósticos e pesquisas disponíveis, além de centrarem o foco da análise nas conexões entre a atuação das OSCs e questões que compõem a agenda atual dos desafios enfrentados.

Como será possível observar ao longo desta publicação, os desafios de fortalecimento das OSCs são inúmeros. Perpassam questões ligadas a como garantir a sustentabilidade econômica dessas organizações diante de cenários de redução dos investimentos públicos e privados, além de abarcarem estratégias ligadas à criação de uma cultura de doação no país e à necessidade de construção de ambiente jurídico favorável em relação a incentivos fiscais. Esses desafios vão além, entretanto, e recaem sobre como construir estratégias de aumento da confiança, transparência e legitimidade das OSCs diante de diversos setores da sociedade ou como avaliar as potencialidades das interações entre Estado e OSCs na execução de políticas públicas. Vale também compreender como as OSCs contribuem para o fortalecimento da democracia e qual papel deveria ser desempenhado por elas e pelo ISP sobre preocupações que compõem a agenda pública do país.

A intenção desta edição especial do BAPI dialoga com esse rol de preocupações e visa fornecer um panorama amplo de questões que permeiam o debate sobre a dinâmica de funcionamento das OSCs para aqueles e aquelas interessados em estabelecer um primeiro contato com o tema, assim como sensibilizar e tornar formuladores e gestores públicos mais atentos ao potencial e aos desafios que compreendem as articulações existentes entre Estado e OSCs. Pretende-se, dessa forma, explicitar a agenda de pesquisa em andamento em torno do tema para pesquisadores e estudiosos potencialmente interessados em discutir as OSCs, em suas diversas dimensões, a partir da multiplicidade de dados e estatísticas disponíveis sobre o setor no país.

Boa leitura!

---

9. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/o-bisc/>>.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, S. Beyond NGOization? Reflections on Latin America. **Development**, v. 52, n. 2, p. 175-184, June 2009.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.
- BAIÃO, A.; PECCI, A.; COSTA, C. Parcerias entre Estado e sociedade civil na perspectiva do capital social. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 345-365, 2015.
- BURITY, J. Identidades coletivas em transição e ativação de uma esfera pública não estatal. *In*: LUBAMBO, C.; COELHO, D.; MELO, M. (Org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CALDAS, E. Percepção identitária e construção de legitimidade: as fronteiras simbólicas das ONGs. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.
- \_\_\_\_\_. (Org.). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, 2004.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. Tradução de Celso Mauro Pacionik. São Paulo: Editora USP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **On democracy**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- DYSMAN, M. A institucionalização das ONGs no Brasil: novos repertórios, dilemas e tensões. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- GOHN, M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio/ago. 2013.
- HELD, D. **Modelos de democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IDIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Pesquisa Doação Brasil**. São Paulo: IDIS, 2015.

- KALDOR, M. Civil society and accountability. **Journal of Human Development**, v. 4, n. 1, 2003.
- KOSLINSKI, M. Mecanismos de *accountability* e legitimidade das ONGs: possibilidades e limites. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- KRIEGER, M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-110, jan./fev. 2014.
- LAVALLE, A. G.; BARONE, L. Conselhos, associações e desigualdade. *In*: ARRETCHE, M. **Trajетória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LAVALLE, A. G.; BUENO, N. A tese da ONG-uização e as mudanças na sociedade civil na América Latina: Cidade do México e São Paulo. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. A construção política das sociedades civis. *In*: LAVALLE, A. G. (Org.). **O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 185-259.
- LIMA NETO, F. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1820).
- LOPEZ, F. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.
- LOPEZ, F.; ABREU, R. **A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1949).
- LOPEZ, F.; BARONE, L. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1896).
- LOPEZ, F. *et al.* A interação entre organizações da sociedade civil e governo federal: colaboração nas políticas públicas e aperfeiçoamentos regulatórios possíveis. *In*: MONASTERIO, L.; NERI, M.; SOARES, S. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015. v. 2.
- MEDEIROS, R. A autonomia revisitada: marcos históricos nos padrões de relacionamento entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In*: REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, M. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In*: COUTINHO, C. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Editora FURB, 1999.
- PIRES, R.; VAZ, A. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014.

- REIS, E. (Org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- TEIXEIRA, A. C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- VIOLIN, T. **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 306 p.
- \_\_\_\_\_. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Raízes Jurídicas**, Curitiba, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **RBCS**, v. 30, n. 88, 2015.
- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015.
- LAVALLE, A. G.; VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011.
- SAEZ, E. S.; SANTIAGO, G.; ZACCHI, J. M. (Org.). **Censo GIFE 2016**. 1. ed. São Paulo: GIFE, 2017. 256 p. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2016>>.